

Bancos alertam que país é quem perde com moratória

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — O principal negociador da dívida brasileira, Sérgio Amaral, ligou anteontem para os banqueiros apressando-se em tranquilizá-los sobre as notícias de que o país estaria suspendendo o pagamento dos juros de janeiro (cerca de US\$ 500 milhões). Os credores ouviram as explicações, que ontem Amaral repetiu para os jornalistas em Brasília, mas alguns ficaram com a dúvida atrás da orelha, principalmente diante dos rumores sobre o declínio das reservas, e mandaram um recado ao governo: "Os bancos estão mais protegidos do que nunca e o Brasil é que seria o primeiro a sofrer com a reedição da moratória."

No governo dos Estados Unidos prosseguem os estudos e as avaliações sobre as medidas econômicas adotadas pelo governo e o pedido de um empréstimo de até US\$ 5 bilhões para apoia-las. O porta-voz do Departamento do Tesouro confirmou que essas avaliações estão sendo feitas, mas repetiu que até agora não há nenhum estudo formal para o pedido de ajuda financeira encaminhado na semana passada pelo embaixador Marçilio Marques Moreira. Outras fontes do governo voltaram a assegurar que um empréstimo ao Brasil só seria viável depois que o atual programa antiinflacionário mostre resultados concretos e haja a perspectiva da liberação de outros créditos para o Brasil.

Impacto — As notícias do atraso de uma semana (por motivos técnicos) no pagamento dos juros do Brasil tiveram um impacto bastante negativo entre os bancos credores. O vice-presidente de operações internacionais de um banco médio disse que, apesar dos esclarecimentos do governo, não é tão absurdo pensar em moratória brasileira. Seu raciocínio é o de que as relações financeiras do país estão emperradas de tal maneira, que a curto prazo ou os Estados Unidos soltam um empréstimo de emergência ou as reservas brasileiras — que ele acredita altas, ao redor de US\$ 7 bilhões — vão logo cair a nível crítico e o país não terá outra alternativa senão a de suspender o pagamento aos bancos.

Sob a garantia de que seu nome não seria publicado, o banqueiro disse que o clima entre os credores é de grande desilusão com o governo brasileiro. "Depois de cálculos e mais cálculos, do estudo de todos os cenários possíveis, o governo assinou o acordo em setembro. Não se passaram nem cinco meses e o mesmo governo vem agora dizer que não dá para cumprir o *releaving*. Isso não é sério", disse ele. "O pior no caso do Brasil é a imprevisibilidade. E essa é a pior coisa no mundo dos negócios."

Um alto executivo de um dos principais bancos de Nova Iorque, que também só concordou em fazer comentários sob a garantia do anonimato, comparou a frus-

tração de seu banco com um exemplo doméstico: "É como você combinar com a esposa que vai jantar fora. Ela faz compras, vai ao cabeleireiro, fica pronta e quando você chega em casa avisa que não quer mais sair, que quer comer qualquer coisa em casa mesmo. Isso não é justo." O banqueiro lembrou que o próprio Maílson estava contente com o acordo e há quatro meses achava que o *releaving* era bom para o Brasil.

Suspeita — Uma fonte do comitê coordenador da dívida brasileira, formado pelos 14 principais credores, disse que o telefonema de Sérgio Amaral, anteontem, serviu para tranquilizar sobre os rumores de moratória. O banqueiro novaiorquino já tinha em suas mãos um despacho da agência Reuter com as declarações que Sérgio Amaral fizera, ontem, em Brasília, enfatizando que o governo não acha que a moratória seja a saída. "Foi isso mesmo que ele nos disse pelo telefone", comentou, discordando de outros credores que detectaram um possível jogo duplo no discurso do governo: moratória para o público interno e não-moratória para o público externo. "Depois de seis anos crise da dívida, já estamos acostumados com essas nuances. São coisas perfeitamente normais. Fazem parte do jogo."

O banqueiro novaiorquino, que geralmente fala pelo comitê, disse que não há condição de apressar os desembolsos das duas parcelas restantes de *dinheiro novo*, totalizando US\$ 1,2 bilhão. "Esses desembolsos estão condicionados à concessão de empréstimos de desembolso rápido pelo Banco Mundial e não há possibilidade de mudar essa exigência", disse ele.

Bird — Em Washington, uma missão de alto nível, do governo brasileiro, prosseguiu, ontem, nas negociações com o Banco Mundial. Ante as críticas de funcionários americanos ao empréstimo para o setor elétrico — condição para o desembolso de US\$ 600 milhões pelos bancos comerciais e de US\$ 450 milhões pelo governo do Japão — um dos integrantes da missão comentou: "Nós não estamos aqui para negociar com os Estados Unidos e sim com o Banco Mundial. Trata-se de uma organização multilateral, onde os Estados Unidos têm direito a votar. Mas esperamos que, se o *staff* do banco recomendar o projeto, a diretoria o aprove, mesmo se os Estados Unidos votarem contra."

De qualquer forma, mesmo se as divergências com os técnicos do banco forem superadas nesta semana, na mais otimista hipótese, a diretoria do Bird não poderia votar esse projeto antes do final de fevereiro. Assim, praticamente só resta ao Brasil, como fonte de *dinheiro novo*, um empréstimo de emergência dos Estados Unidos, ainda que seja apenas no valor do dinheiro que estará prestes a ser desembolsado — US\$ 1,55 bilhão — algo bem inferior aos US\$ 5 bilhões que o Brasil solicitou.

Martino Mariz — 13/6/88



Sérgio Amaral: tranquilizando os bancos credores